FRENTES DE DESMATAMENTO:

VETORES E RESPOSTAS EM UM MUNDO EM EVOLUÇÃO

RESUMO

Joelma Diarroi, da Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ), fotografada na Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, localizada nas redondezas de Porto Velho, Rondônia, Brasil.

© Marizilda Cruppe/WWF-Reino Unido

WWF

O WWF é uma das maiores e mais experientes organizações independentes de conservação do mundo, contando com mais de cinco milhões de apoiadores e uma rede global ativa que engloba mais de 100 países. A missão do WWF é impedir a degradação ambiental do planeta e construir um futuro no qual a humanidade coexista harmonicamente com a natureza. Para tal, o WWF promove a conservação da diversidade biológica mundial, a sustentabilidade do uso de recursos naturais renováveis e a redução da poluição e do desperdício no consumo.

Citação recomendada: WWF (2020) Frentes de desmatamento: vetores e respostas em um mundo em evolução. Pacheco, P.; Mo, K.; Dudley, N.; Shapiro, A.; Aguilar-Amuchastegui, N.; Ling, P. Y.; Anderson, C.; Marx, A. WWF, Gland, Suíça.

WWF, 28 rue Mauverney, 1196 Gland, Suíça. Tel.: +41 22 364 9111 CH-550.0.128.920-7

As marcas registradas WWF® e World Wide Fund for Nature® e o Símbolo do Panda ©1986 são de propriedade do WWF – Fundo Mundial para a Natureza (anteriormente denominado Fundo Mundial da Natureza). Todos os direitos reservados.

Para dados de contato e mais informações, visite nosso site internacional em wwf.panda.org/deforestationfronts.

Design: Miller Design UK

Fotografia da capa: ©Marizilda Cruppe/WWF-Reino Unido

Ficha técnica versão em Português

Tradução: Luiz Hargreaves/Hargreaves Eventos e Traduções

Revisão técnica: Jaime Gesisky, Mariana Napolitano, Paula H. Valdujo, Tiago Reis

Revisão de Língua Portuguesa: Jaime Gesisky, Luiz Hargreaves

A SAÚDE DO PLANETA COMEÇA COM A SAÚDE DAS FLORESTAS E PESSOAS

O ano passado nos fez compreender que nossa saúde, como indivíduos e como sociedade, está profundamente ligada à saúde da natureza e aos diversos serviços que ela fornece. A propagação e o surgimento de doenças zoonóticas como a Covid-19 é mais um indicador e uma trágica consequência da pressão cada vez maior que estamos impondo aos sistemas naturais e da perda acentuada de recursos naturais impulsionada por nossos atuais modelos de desenvolvimento insustentáveis.

As florestas são a força vital de nossas economias e nossa saúde. Elas nos fornecem tanto o ar que respiramos quanto a madeira que usamos. Cobrindo quase um terço da superfície da Terra, as florestas abrigam mais de metade das espécies terrestres do planeta e são a fonte de 75% da água doce do mundo. Mais de um bilhão de pessoas vivem em florestas ou no entorno delas. Além disso, as florestas são o lar físico e espiritual de um número significativo de povos indígenas e comunidades locais. As florestas são, também, importantes sumidouros de carbono. Só as florestas tropicais armazenam sete vezes mais carbono que todas as emissões anuais da humanidade e consomem até 1,8 gigatonelada de carbono ao ano.

No entanto, hoje em dia, as florestas estão em crise: devastadas por incêndios, convertidas e degradadas para a expansão da agricultura, a produção de combustíveis e a extração madeireira. O manejo errado das florestas de todo o planeta está aumentando as emissões de carbono, devastando a biodiversidade, destruindo ecossistemas vitais e afetando os meios de subsistência e o bem-estar das comunidades locais, bem como das sociedades do mundo todo. A situação está piorando. Os atuais sistemas alimentares são insustentáveis, o que significa que, em vez de reaproveitarmos terras degradadas para a produção agrícola, continuamos a destruir nossas florestas, savanas e campos naturais.

O desmatamento e a degradação florestal são os principais causadores de doenças zoonóticas. Quando saudáveis, as florestas oferecem uma proteção contra doenças como a Covid-19. No entanto, quando as florestas se encontram sob ataque, suas salvaguardas são enfraquecidas, o que leva a uma disseminação de doenças.

É hora de valorizarmos o que a natureza nos fornece, e o foco principal dessa ação tem de ser nossas florestas. Como demonstra este relatório, precisamos de ações coletivas para implementar soluções personalizadas e integradas que beneficiem as pessoas e a natureza. Tal mudança precisa acontecer em toda a cadeia – desde os países que abrigam florestas até aqueles cujos padrões de consumo e estilos de vida contribuem para o desmatamento.

Tudo isso enfatiza a necessidade de um Novo Acordo para a Natureza e as Pessoas que ponha a natureza em uma trajetória de recuperação até 2030 e nos indique o caminho para alcançarmos o verdadeiro desenvolvimento sustentável e uma sociedade neutra em carbono, positiva para a natureza e igualitária. Entre outros objetivos, demandamos o fim da perda de espaços naturais como florestas, e medidas para reduzir pela metade os impactos negativos da produção e do consumo.

Sabemos o que temos de fazer: proteger áreas vitais de biodiversidade e administrar as florestas de maneira sustentável; deter o desmatamento; restaurar paisagens florestais; reconhecer e proteger os direitos dos povos indígenas e comunidades locais a suas terras e territórios; apoiar as populações locais a alcançar meios de vida sustentáveis; e transformar nossas economias e sistemas de alimentos e financeiros para aumentar o valor da natureza. Com uma *coalizão dos dispostos* – global e suficientemente forte – que inclua governos, empresas, comunidades locais, povos indígenas, organizações da sociedade civil e consumidores, nós podemos fazer isso.

Vamos usar a crise atual como um alerta para impedir a destruição da natureza e proteger as florestas, um dos recursos naturais mais preciosos do mundo.

Marco Lambertini
Diretor-Geral
WWF Internacional

Foto © WWF/Richard Stonehouse

INTRODUÇÃO

As causas, o ritmo e a magnitude do desmatamento e da degradação florestal vêm mudando com o tempo. A forma como diferentes causas de desmatamento se sobrepõem e seus efeitos nas florestas variam conforme a região.

Globalmente, inúmeras abordagens foram implementadas para deter o desmatamento e a degradação florestal. Apesar do progresso observado no sentido de deter a destruição e degradação florestais, ambas continuam a se expandir em ritmo alarmante.

Este relatório oferece uma análise abrangente do desmatamento, que relaciona vetores e respostas em escala global por meio de um olhar detalhado sobre 24 "frentes de desmatamento" – lugares que apresentam uma concentração significativa de *hotspots* de desmatamento e onde grandes áreas de florestas remanescentes encontram-se ameaçadas. Mais de 43 milhões de hectares foram perdidos nessas frentes entre 2004 e 2017, uma área quase do tamanho do Marrocos.

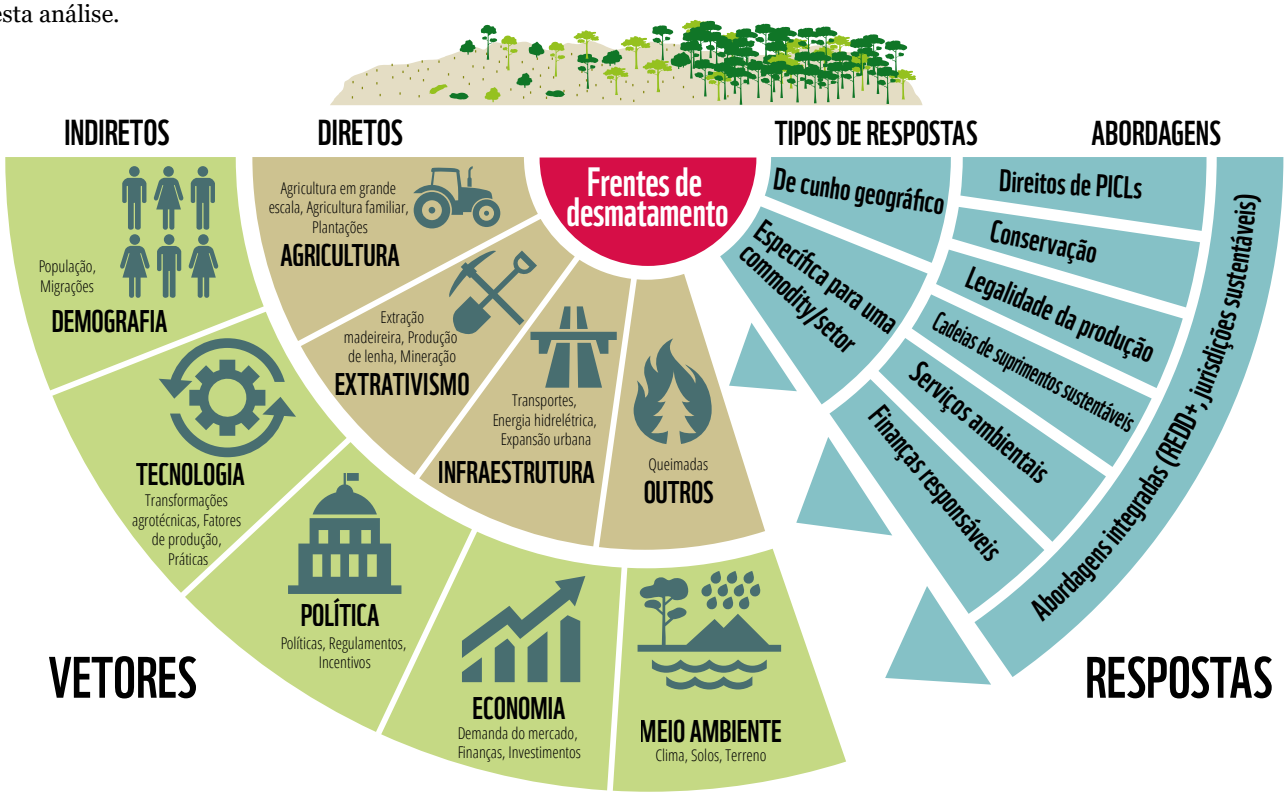
A análise se concentra nas regiões tropicais e subtropicais, onde se verificaram pelo menos dois terços da perda de cobertura florestal global de 2000 a 2018 e onde a fragmentação florestal é significativa. Das florestas em pé nessas 24 frentes de desmatamento, quase a metade já sofreu algum tipo de fragmentação.

O desmatamento oscila ao longo do tempo. Tendências recentes indicam que o desmatamento pode persistir nessas frentes a menos que empreendamos ações coletivas e mais abordagens integradas feitas sob medida para cada frente. Para melhorar sua efetividade, as diferentes respostas para deter o desmatamento e a degradação florestal têm de se reforçar mutuamente.

Imagem aérea de desmatamento. Floresta tropical em Bornéu, Malásia, destruída para dar lugar a plantações de palmas de óleo.
© Shutterstock/Rich Carey/WWF-Suécia

Vínculos entre vetores e respostas

A estrutura a seguir apresenta os vínculos entre os vetores globais de desmatamento e as abordagens existentes para enfrentá-los. A forma como essas abordagens tratam dos vetores desempenha um papel importante na formação da dinâmica das frentes de desmatamento, que estão ao centro desta análise.



A expansão da agricultura comercial (em grande e pequena escala) e a silvicultura são de longe os maiores vetores de desmatamento, mas a especulação fundiária vem desempenhando um papel cada vez mais forte. A infraestrutura e as atividades extrativas, especialmente a expansão da mineração, são vetores cada vez mais importantes, que assumem formas diferentes conforme o local e se transformam com o tempo.

Múltiplas abordagens e respostas para enfrentar o desmatamento têm sido propostas por atores estatais e não estatais. Algumas funcionam melhor que outras, mas todas têm seus limites. Reconhecer o potencial e os limites dessas abordagens e respostas é fundamental, assim como as sinergias possíveis e necessárias para melhorar sua efetividade. As respostas para deter o desmatamento e a degradação florestal devem, também, evitar efeitos sociais negativos, atingindo resultados mais inclusivos e equitativos.

Nossas constatações foram elaboradas para ajudar os formuladores de políticas públicas, o setor empresarial, as organizações da sociedade civil e qualquer pessoa empenhada em deter e reverter o desmatamento a entender melhor quais abordagens são necessárias para que seja atingido um impacto duradouro em grande escala.

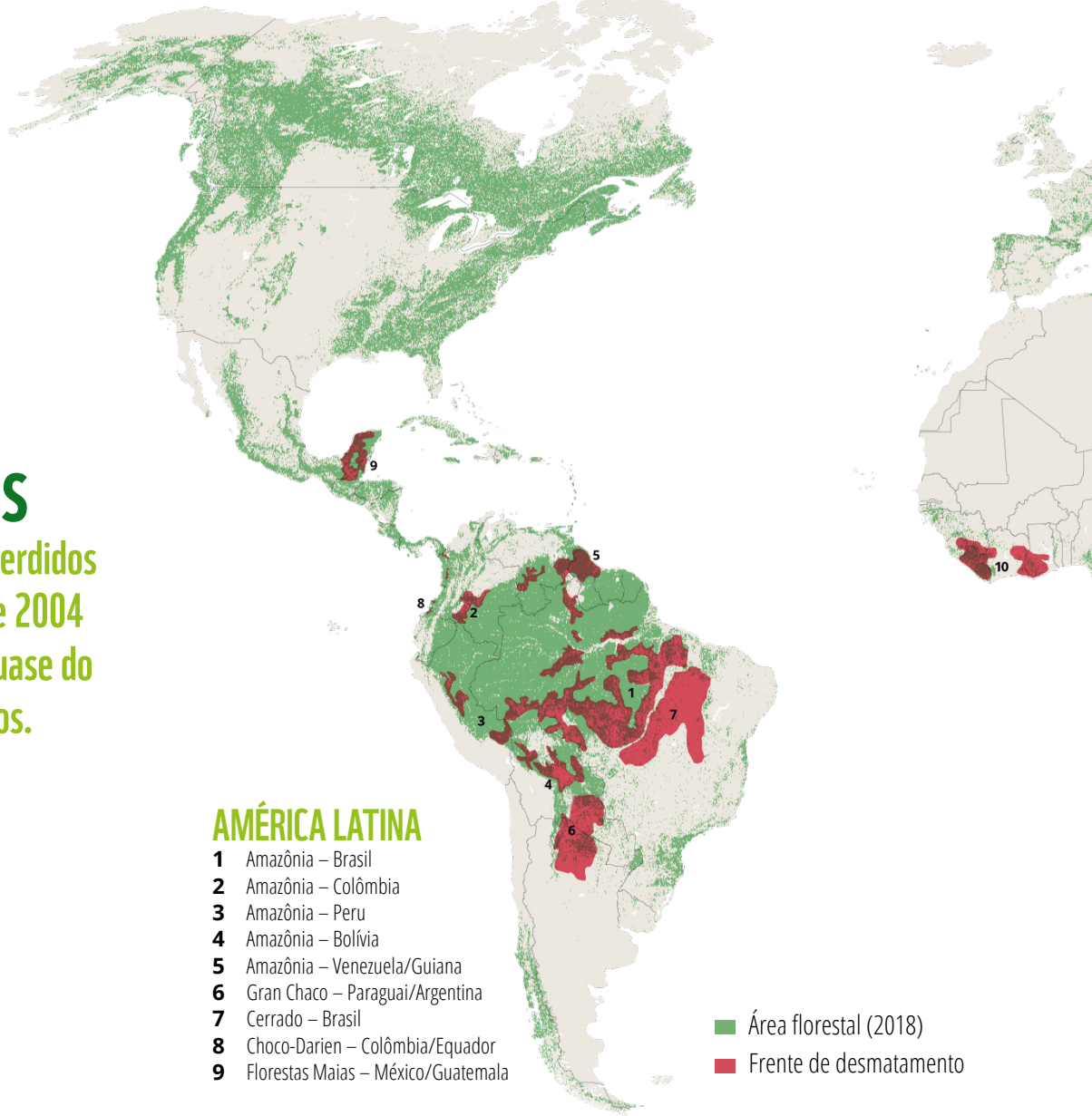
As respostas de cunho geográfico – como a criação de áreas protegidas e conservadas, o reconhecimento de direitos fundiários dos povos indígenas e comunidades locais e a moratória na conversão de áreas florestais – podem ser eficazes para evitar a perda de florestas ameaçadas, mas tais abordagens não ajudam a impedir o desmatamento além de seus próprios limites geográficos. Respostas específicas de setores produtores de *commodities*, como a certificação voluntária, os programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) e as cadeias de suprimentos sem desmatamento, são importantes, mas até agora seu impacto em escala foi limitado. Estão surgindo abordagens integradas adicionais motivadas por pagamentos baseados em resultados para reduzir o desmatamento, além de abordagens jurisdicionais e baseadas na paisagem. As últimas alavancam o poder dos mercados e das finanças, mas ainda exigem a intervenção ativa do Estado em níveis nacional e subnacional, bem como parcerias público-privadas e com as populações locais, assegurando as condições para uma ampla participação dos povos indígenas e comunidades locais.

São necessárias ações mais ambiciosas para consolidar as respostas em diferentes escalas e paisagens e, ao mesmotempo, melhorar as condições para ampliar a aceitação de soluções que sejam mais efetivas para deter o desmatamento e a degradação florestal com considerações de inclusão social e equidade. Em última análise, porém, o impacto real virá da transformação de nosso sistema econômico, dos sistemas de alimentos e financeiros, e dos paradigmas de desenvolvimento para colocar natureza e as pessoas ao centro.

FRENTES DE DESMATAMENTO

Mais de 43 milhões

de hectares foram perdidos nessas frentes entre 2004 e 2017, uma área quase do tamanho do Marrocos.



A maior parte da perda florestal está concentrada em 24 frentes de desmatamento na América Latina, na África Subsaariana, no Sudeste Asiático e na Oceania. Várias dessas regiões já faziam parte da análise anterior do WWF contida no Relatório de Florestas Vivas de 2015, tais como a Amazônia, a África Central, a região do Mekong e a Indonésia. Além dessas, novas frentes surgiram na África Ocidental (por exemplo, Libéria, Costa do Marfim e Gana), África Oriental (por exemplo, Madagascar) e América Latina (como, por exemplo, a Amazônia na Guiana e Venezuela e a Floresta Maia no México e na Guatemala).

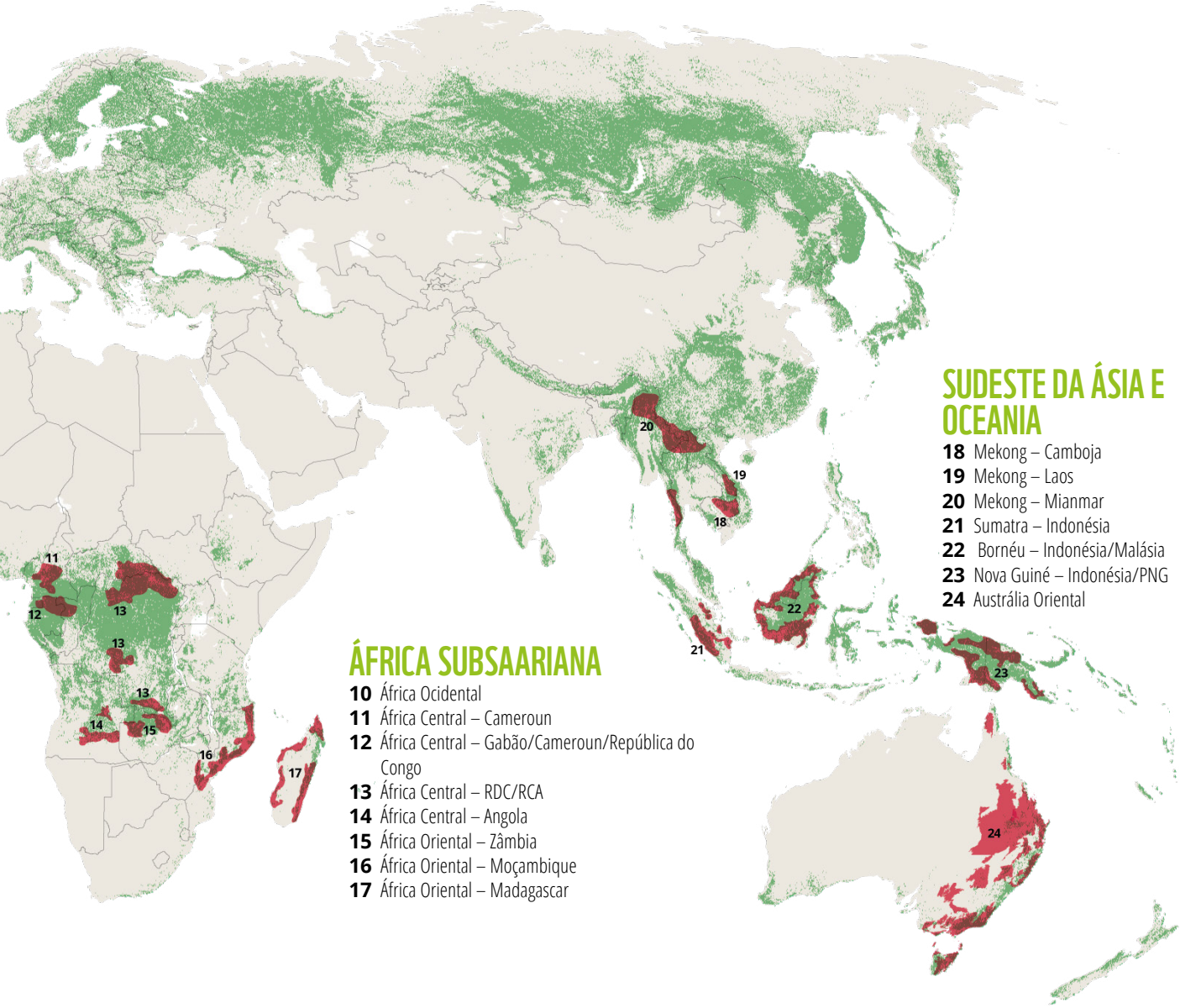
As 24 frentes de desmatamento cobrem uma área de 710 milhões de hectares. Metade dessa área é atualmente florestada (377 milhões de hectares, ou cerca de um quinto da área florestal total do mundo nos trópicos e subtrópicos), com florestas primárias ou intactas constituindo cerca de dois terços da área total (256 milhões de hectares). Mais de 10% das áreas florestais nas frentes de desmatamento (cerca de 43 milhões de hectares) foram perdidas nessas frentes entre 2004 e 2017.

Quase metade da floresta em pé nessas frentes – cerca de 45% – sofreu algum tipo de fragmentação. As áreas fragmentadas e as bordas de florestas são mais propensas a incêndios e suscetíveis à intervenção humana devido à sua maior acessibilidade.

Vetores de desmatamento – velhas e novas tendências

Já sabemos muito sobre os vetores de desmatamento, desde a agricultura e as plantações até o desenvolvimento de infraestrutura e atividades extrativistas. Todavia, falta compreensão sobre como a influência desses fatores varia ao longo do tempo. Esses vetores tendem a se modificar conforme as mudanças políticas e de mercado em cada região.

Um traço comum é a constante ampliação da malha rodoviária associada à expansão da mineração e da extração madeireira, que são frequentemente seguidas pela agricultura comercial. A conversão para a agricultura também está ligada a condições climatológicas e topográficas, à logística de mercado e à especulação fundiária que tendem a persistir em áreas limítrofes.



Alguns exemplos de típicos vetores de desmatamento são a pecuária e soja na América Latina – a primeira particularmente na Amazônia, e a segunda no Cerrado – e a extração de madeira e óleo de palma no Sudeste Asiático.
Na África, a agricultura de subsistência continua sendo um fator-chave, embora a agricultura comercial tenda a se expandir com o tempo, acompanhada pela extração madeireira em pequena escala para geração de energia. No entanto, essas atividades estão mais associadas à degradação florestal que ao desmatamento.

Uma nova tendência em várias regiões é o aumento do número de pequenos produtores que cultivam *commodities* agrícolas como cacau, óleo de palma de milho ou criam gado – às vezes para a exportação, mas muitas vezes para atender à demanda crescente dos mercados domésticos. O desmatamento também se expande em lugares onde há pressões causadas pela mineração informal e pela expansão de assentamentos humanos.

A extração madeireira ilegal em grande escala, muitas vezes para fornecer madeira aos mercados internacionais, também leva à degradação florestal, que muitas vezes é seguida da supressão de cobertura florestal. A extração madeireira em grande escala, no entanto, está sendo lentamente substituída por operações informais em menor escala vinculadas aos mercados doméstico e regional, principalmente para fins de combustível e construção. A extração madeireira também é usada para financiar mais desmatamento em algumas áreas de fronteira.

A influência das pressões indiretas que sustentam essas tendências é menos clara. O crescimento econômico e populacional global, que leva a um aumento no consumo de alimentos, gerou uma expansão da agricultura comercial.
A crescente demanda dos mercados também alimenta a especulação fundiária e a invasão de terras públicas e territórios de povos indígenas e comunidades locais. Essas tendências são usualmente acompanhadas pela expansão de economias e atividades ilegais ou informais que tendem também a envolver as elites locais e empresariais.

Além disso, os governos tendem a estimular investimentos em agricultura e indústrias extrativas, vinculando-os aos seus objetivos de crescimento econômico, mas muitas vezes não considerando plenamente as necessidades e perspectivas da população rural, inclusive os povos indígenas e comunidades locais (PICLs), agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra.

VETORES DE DESMATAMENTO EM CADA FRENTE

Os mapas a seguir apresentam as 24 frentes de desmatamento, identificadas com base na análise dos *hotspots* de desmatamento emergentes nos trópicos e subtrópicos, e destacam os lugares onde o desmatamento aumentou significativamente entre 2004 e 2017. As florestas remanescentes são indicadas em verde. Os ícones indicam os vetores diretos de cada uma das frentes: as causas primárias de perda e/ou degradação florestal severa são indicadas em vermelho, e as causas secundárias, em laranja.

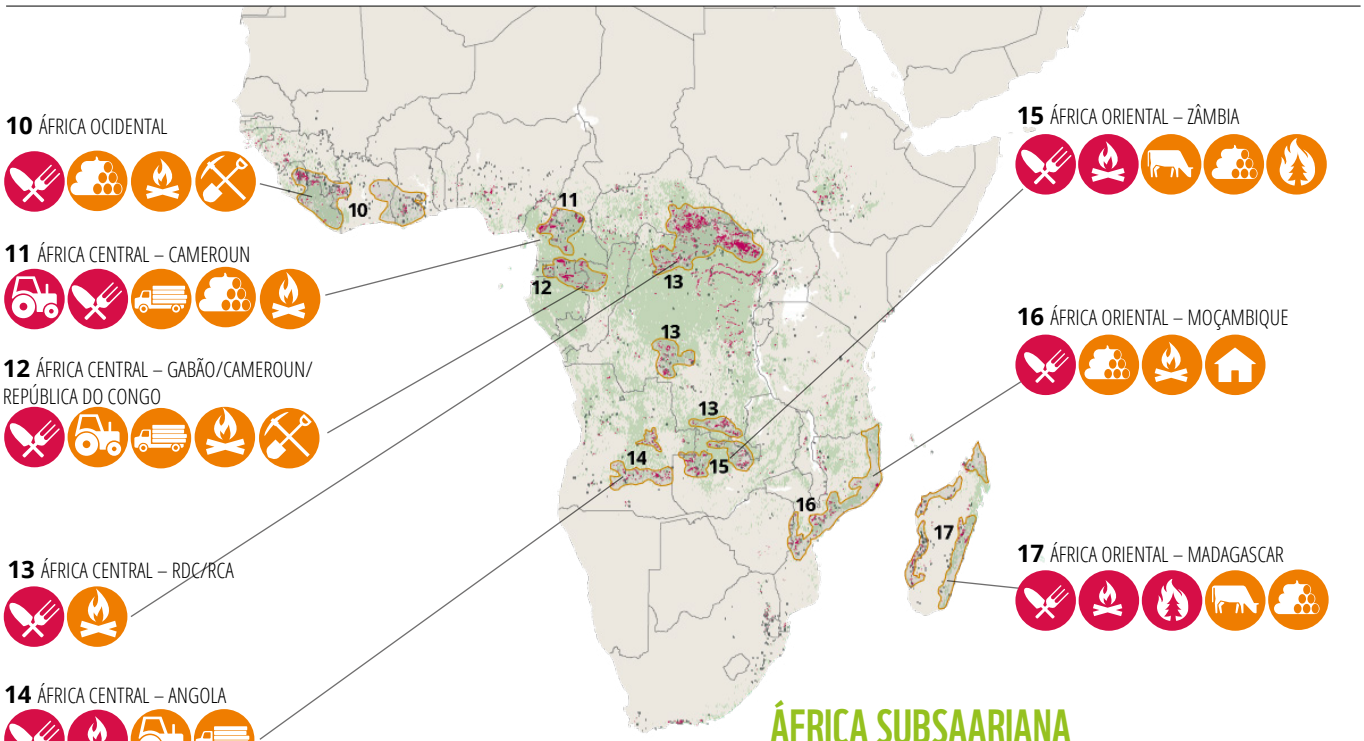
- Pecuária
- Agricultura em grande escala
- Agricultura familiar
- Plantações de árvores
- Extração madeireira em grande escala
- Extração madeireira em pequena escala
- Produção de lenha e carvão vegetal
- Mineração
- Infraestrutura de transportes
- Energia hidroelétrica
- Expansão urbana
- Queimadas

- Área florestal (2018)
- Área desmatada desde 2004
- Hotspot de desmatamento
- Frente de desmatamento

Para informações mais detalhadas, acesse o painel interativo de frentes de desmatamento aqui.

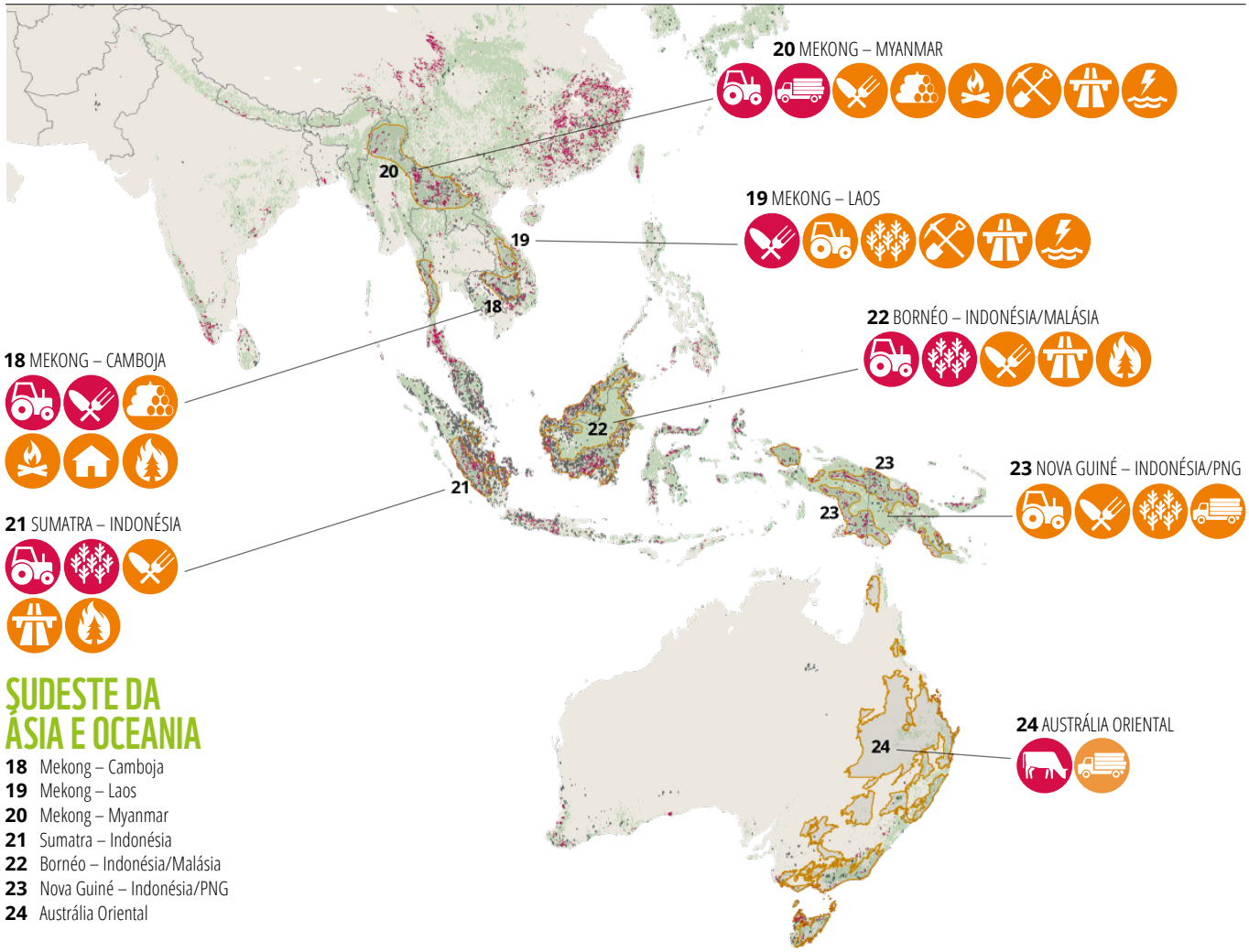
AMÉRICA LATINA

1 Amazônia – Brasil
2 Amazônia – Colômbia
3 Amazônia – Peru
4 Amazônia – Bolívia
5 Amazônia – Venezuela/Guiana
6 Gran Chaco – Paraguai/Argentina
7 Cerrado – Brasil
8 Choco-Darien – Colômbia/Equador
9 Florestas Maias – México/Guatemala



ÁFRICA SUBSAARIANA

10 África Ocidental
11 África Central – Cameroun
12 África Central – Gabão/Cameroun/ República do Congo
13 África Central – RDC/RCA
14 África Central – Angola
15 África Oriental – Zâmbia
16 África Oriental – Moçambique
17 África Oriental – Madagascar

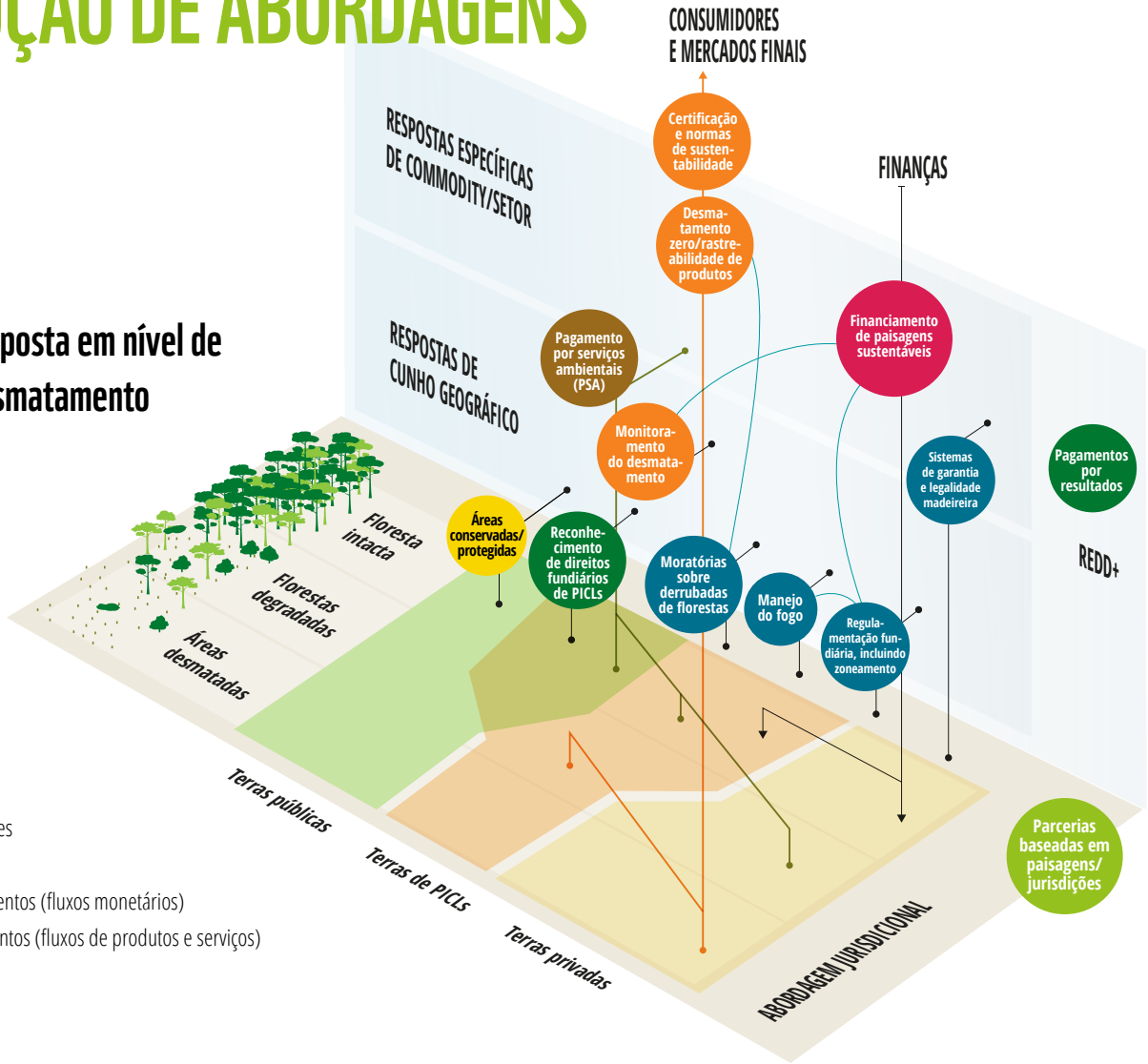


SUDESTE DA ÁSIA E OCEANIA

18 Mekong – Camboja
19 Mekong – Laos
20 Mekong – Myanmar
21 Sumatra – Indonésia
22 Bornéo – Indonésia/Malásia
23 Nova Guiné – Indonésia/PNG
24 Austrália Oriental

RESPOSTAS AO DESMATAMENTO: EVOLUÇÃO DE ABORDAGENS

Opções de resposta em nível de frentes de desmatamento



As abordagens para deter o desmatamento evoluíram ao longo do tempo. Em particular, houve uma transição da dependência exclusiva de políticas e regulamentos estatais rumo a uma maior ênfase em iniciativas baseadas no mercado, tais como as iniciativas de PSA e programas de certificação. Os compromissos empresariais com o desmatamento zero também vêm crescendo, partindo, inclusive, de instituições financeiras.

As abordagens têm como alvo dimensões e objetivos diferentes, mas todos eles vinculados à necessidade de conter o desmatamento e a degradação florestal. Entre eles há os que privilegiam os direitos humanos dos povos indígenas e comunidades locais, a conservação de áreas ricas em biodiversidade e a manutenção de serviços ambientais, além da promoção da produção e do comércio legal, de cadeias de suprimentos sustentáveis e de finanças responsáveis. Duas abordagens surgiram com o intuito de vincular várias intervenções. A primeira é a REDD+, o programa apoiado pela ONU para reduzir as emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal. A segunda compreende uma série de abordagens jurisdicionais e de paisagens que visam a combater o desmatamento e, ao mesmo tempo, cumprir objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, geralmente em âmbito subnacional ou de paisagem.

As abordagens acima abrangem diferentes tipos de respostas que se enquadram em dois grupos principais:

1. As respostas de cunho geográfico incluem o reconhecimento das terras e territórios dos povos indígenas e comunidades locais, suas formas de governo e suas economias sustentáveis. Incluem também a demarcação de áreas protegidas, as moratórias e os regulamentos para o manejo de incêndios e o uso da terra.
2. As respostas específicas de diferentes setores/*commodities* incluem sistemas de legalidade e garantias; certificações voluntárias e normas de sustentabilidade; políticas de desmatamento zero e rastreabilidade do fornecimento; pagamento por serviços ambientais (PSA); financiamento de paisagens sustentáveis; e monitoramento do desmatamento.

Há certa sobreposição entre esses dois grupos de respostas, já que algumas respostas de cunho geográfico se aplicam a um setor específico, ao passo que algumas respostas setoriais se concentram em uma área específica. Outras respostas de caráter mais integrado incluem pagamentos baseados em resultados e parcerias baseadas em jurisdições, sendo que ambas tendem a desenvolver ou combinar vários tipos de respostas circunscritas a limites territoriais específicos.

O QUE APRENDEMOS?

Várias respostas apresentaram efeitos positivos, com algumas gerando impactos em escala mais rapidamente que outras. Contudo, não podemos ter certeza de que essas respostas não serão revertidas. Portanto, elas precisam ser acompanhadas por condições que garantam sua manutenção no longo prazo (por exemplo, mediante apoio político constante), aumentem sua aceitação e expandam sua escala ao longo do tempo (por exemplo, reduzindo custos, melhorando a repartição de benefícios ou redefinindo o acesso ao mercado). Além disso, bons sistemas de monitoramento são essenciais para enfrentar a ilegalidade; a implementação inadequada ou o cumprimento parcial; e eventuais vazamentos (o deslocamento das conversões de um lugar para outro).

Abordagens de cunho geográfico, como, por exemplo, a criação de áreas protegidas e conservadas, são frequentemente eficazes na redução da perda florestal; contudo, muitas vezes carecem de capacidade de gestão e recursos financeiros para se provarem eficazes. O reconhecimento dos direitos fundiários de povos indígenas e comunidades tradicionais, suas práticas locais de manejo e seus sistemas de governo têm contribuído para proteger as florestas de maneira eficaz e mantê-las sob controle local. As moratórias para evitar o desmatamento em biomas inteiros têm funcionado quando acompanhadas de medidas para garantir a aplicação da lei. Essas abordagens, no entanto, não são capazes de evitar vazamentos para outras áreas.

Programas de certificação florestal têm se demonstrado eficazes para aprimorar o manejo florestal em todo o mundo. No entanto, como seu objetivo principal não era deter o desmatamento, esses programas tiveram aceitação limitada entre os usuários da floresta que atuam principalmente em mercados locais, domésticos ou regionais nos quais a certificação não é exigida. Os sistemas de certificação de outras *commodities* agrícolas vêm, cada vez mais, adotando critérios de desmatamento zero, mas ainda não geram impactos em escala nas frentes de desmatamento.

Embora os compromissos de desmatamento zero por parte das empresas sejam uma etapa fundamental, a maioria delas enfrenta dificuldades para promover uma pauta de conservação sem o apoio de leis e políticas nacionais. Quando políticas governamentais coincidem com iniciativas privadas, é possível promover grandes reduções nas perdas florestais, como se verificou na Amazônia brasileira (quando o governo apoiou a redução do desmatamento e implementou leis para fazê-lo) e em partes da Indonésia. Todavia, é necessário um comprometimento contínuo para atingir resultados no longo prazo.

Iniciativas visando a garantir a prestação de serviços ambientais – principalmente mediante programas de compensação ou pagamento por biodiversidade, carbono e água – funcionaram em locais específicos por meio de transações privadas baseadas em projetos, mas apenas em escala limitada. Programas estatais que alcançam um número maior de agricultores conseguiram superar essa limitação, mas nem sempre levaram a ações adicionais de conservação.

Iniciativas como o programa REDD+ e as abordagens jurisdicionais/de paisagem foram adotadas como forma de oferecer perspectivas de longo prazo para conter o desmatamento e a degradação das florestas. Iniciativas no âmbito do REDD+ têm dado ênfase à inclusão, nas políticas públicas, de ações robustas de monitoramento, elaboração de relatórios e verificação, mas ainda há muito a ser feito para afetar as forças políticas e econômicas que normalmente moldam o funcionamento do mundo empresarial.

As respostas para enfrentar o desmatamento e seus vetores precisam ser inclusivas e adaptadas a contextos locais e regionais. As soluções têm sido mais eficazes quando combinam múltiplas opções de respostas.

As abordagens jurisdicionais ou de paisagem promovem transições rumo a economias de baixo carbono mais sustentáveis e inclusivas em uma área definida, geralmente em nível subnacional. Alguns fatores-chave são o apoio às parcerias público-privadas; a redução dos riscos em programas de financiamento; a promoção do planejamento do uso da terra; o esclarecimento de questões relativas à titulação de terras e o apoio à resolução de conflitos fundiários; a viabilização de uma maior aceitação das práticas de sustentabilidade; e o esclarecimento das responsabilidades dos órgãos públicos em nível jurisdicional. Essa abordagem é promissora, mas é necessário mais conhecimento sobre sua eficácia real e os desafios que enfrenta.

Por fim, a crise da Covid-19, cujas implicações não são analisadas aqui, pode abrir as portas para mudanças transformacionais, já identificadas como necessárias há algum tempo: mudanças no nosso relacionamento com a natureza, que combatam o consumo excessivo e valorizem a saúde e a equidade, em vez da atual ênfase opressora no crescimento econômico e nos lucros financeiros. O que aprendemos, sobretudo, é que as respostas para enfrentar o desmatamento e seus fatores precisam ser inclusivas e adaptadas aos contextos locais e regionais. As soluções têm sido mais eficazes quando combinam múltiplas opções de respostas para, assim, reforçarem seus efeitos mutuamente.

O CAMINHO A SEGUIR – QUESTÕES A CONSIDERAR

Embora haja uma necessidade urgente de entender melhor quais respostas e abordagens são mais eficazes em diferentes frentes de desmatamento e as medidas viabilizadoras que precisam ser adotadas, podemos extrair algumas lições gerais do que sabemos até agora:

- As respostas para enfrentar o desmatamento e seus vetores precisam ser adaptadas aos contextos locais e regionais; ademais, devem ser inclusivas e adaptáveis ao longo do tempo.
- Não existe uma abordagem única para todos – as soluções têm sido mais eficazes quando várias respostas tendem a reforçar-se mutuamente, muitas vezes mediante parcerias público-privadas.
- É necessário um equilíbrio entre o rigor das normas e regulamentos e a capacidade dos produtores de segui-los, especialmente os pequenos agricultores.
- Atividades econômicas ilegais e clandestinas, aliadas à corrupção, continuam a minar a sustentabilidade; há, portanto, uma necessidade urgente de maior responsabilização e transparência.
- As respostas nos países consumidores devem se articular, de forma mais significativa, com as partes interessadas nos países produtores para desenvolver soluções viáveis de longo prazo, mas evitando impactos sociais negativos.
- Na busca por soluções duradouras em escala, as respostas precisam considerar regiões ou frentes específicas (considerando os efeitos de vazamento), bem como o fator temporal (urgência, duração).
- O empoderamento de povos indígenas e comunidades locais deve ser prioridade, assim como o apoio a seus esforços para assegurar seus direitos às suas terras e territórios tradicionais e a proteção de suas culturas.
- É necessário superar os silos setoriais e o desalinhamento entre os níveis nacional e subnacional ao conceber programas de extensão integrados e incentivos mais direcionados para manter as florestas em pé.
- A proteção das florestas não deve levar à conversão de outros ecossistemas naturais (por exemplo, campos naturais e savanas): evitar vazamentos é fundamental.
- São necessárias parcerias mais ambiciosas e inclusivas – tanto público-privadas quanto com pessoas – para criar e promover a aceitação de metas que se apliquem a ecorregiões e ecossistemas inteiros, envolvendo ativamente povos indígenas e comunidades locais.

WWF

Em prol da natureza para o benefício das pessoas e do planeta.

juntos podemos mais™ panda.org

Chris J Ratcliffe / WWF-UK